



Número: **0812871-34.2020.8.20.5001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Virgílio Macêdo na Câmara Cível**

Última distribuição : **29/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Processo referência: **0812871-34.2020.8.20.5001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado
<b>PORTO SEGURO S/A (APELANTE)</b>		<b>ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)</b>
<b>JOAO ANDRIE ENEDINO (APELADO)</b>		<b>RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS (ADVOGADO)</b>

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11812 376	28/10/2021 15:09	<a href="#"><u>Recurso Especial</u></a>	Recurso Especial
11812 377	28/10/2021 15:09	<a href="#"><u>2742385_RECURSO_ESPECIAL_01</u></a>	Outros documentos
11812 378	28/10/2021 15:09	<a href="#"><u>2742385_RECURSO_ESPECIAL_Anexo_02</u></a>	Outros documentos

Juntada de Recurso Especial.



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 28/10/2021 15:09:44  
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102815094314000000011553261>  
Número do documento: 21102815094314000000011553261

Num. 11812376 - Pág. 1



**EXMO. SR. DR. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Processo n. 08128713420208205001**

**PORTO SEGURO S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,**  
empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas,  
por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe  
promove **JOAO ANDRIE ENEDINO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui  
respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, interpor **RECURSO ESPECIAL**, e o faz com base no permissivo legal  
estabelecido pela norma do artigo 105, inciso III, da Constituição Federal.

Requer seja recebido o presente recurso nos seus regulares efeitos, e após a tramitação de estilo, sejam os  
autos remetidos ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Informa que o acórdão paradigma, cujas cópias integrais seguem anexas, têm como fonte o site do Colendo STJ.

Requer a Vossa Excelência que se digne admitir o recurso e determinar o seu processamento na forma da lei

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 26 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 28/10/2021 15:09:44  
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102815094447700000011553262>  
Número do documento: 21102815094447700000011553262

Num. 11812377 - Pág. 1

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DOUTORES MINISTROS DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,  
DOUTOS MINISTROS,**

**SÍNTESE DA DEMANDA**

Trata-se de acórdão proferido pelo TJRN, nos termos do qual foi negado provimento ao recurso de Apelação promovido pela ora recorrente.

O pleito autoral baseou-se em alegado descumprimento de obrigação de pagar a indenização do DPVAT pela cobertura de invalidez permanente.

Em primeira instância, o julgamento foi pelo parcial provimento da pretensão autoral, com condenação da seguradora/recorrente ao pagamento de indenização no valor de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**, e fixação da verba honorária advocatícia sucumbencial na desproporcional e exorbitante quantia **R\$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)**.

Interposto o competente recurso de apelação, o Egrégio TJRN negou provimento ao apelo, majorando a verba honorária para o valor de **R\$900,00 (NOVECENTOS REAIS)**.

Entende a recorrente, *Concessa vênia*, que a r. decisão colegiada, além de violar preceito de lei, caracteriza dissídio jurisprudencial, nos termos do artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, vez que divergente face à interpretação jurisprudencial deste Colendo STJ.

Justifica-se, pois, a interposição do presente recurso especial.

**INEQUÍVOCO PREQUESTIONAMENTO E INCONTESTE INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ**

Cultos Julgadores, inicialmente, ressalta a recorrente que foi cumprida a exigência do prequestionamento.

Conforme se verifica do acórdão proferido pelo TJRN, a questão legal está presente nos autos, foi debatida pelas partes, e decidida no Tribunal *a quo*, ou seja, foi devidamente submetida ao crivo judicial anteriormente à interposição do presente recurso.

Esclarece a recorrente, também, a clara inaplicabilidade da Súmula 7 desta Colenda Corte Superior. Isto porque, verifica-se completamente desnecessária a reanálise de qualquer elemento fático-probatório dos autos, para o deslinde do presente apelo especial, posto que, por simples leitura do v. arresto recorrido, denota-se a afronta ao artigo 85, §2º, do CPC vigente.

**OFENSA À LEI FEDERAL – VIOLAÇÃO AO ARTIGO 85, §2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Conforme informado acima, na hipótese em julgamento, observa-se a procedência parcial do pleito autoral, com condenação da ora recorrente ao pagamento da quantia de **R\$ 843,75**, com honorários advocatícios arbitrados no valor de **R\$800,00**.

O d. Acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, o TJRN entendeu por bem negar provimento ao recurso, majorando os honorários sucumbenciais para o valor de **R\$900,00**.

A fixação de verba honorária nos recursos é uma importante e relevante inovação trazida pelo CPC/2015, cabendo ao órgão julgador fixar o valor dos honorários considerando o trabalho apresentado pelo patrono em

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

sede recursal. Não se trata de faculdade do órgão julgador fixar a sucumbência recursal, mas sim dever decorrente de lei.

Além disso, o valor dos honorários a ser fixado em sede recursal deverá obedecer, conforme o caso, aos parâmetros definidos nos §§ 2º ao 6º do art. 85 do CPC, sendo vedada a fixação que leve, no cômputo total dos honorários fixados no curso do processo, a uma condenação que ultrapasse os limites estabelecidos.

Portanto, o § 2º do art. 85 estabelece que **os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação**, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa. Aqui reside uma inovação importante trazida pelo CPC/2015, pois os honorários serão calculados sobre o valor da condenação e, quando esta inexistir, sobre o valor do proveito econômico obtido.

A possibilidade de se mensurar o proveito econômico obtido com a medida intentada também é base de cálculo para o cômputo da verba honorária. Apenas na impossibilidade de utilização dessas bases de cálculos é que o valor atualizado da causa será utilizado como parâmetro para fixação dos honorários advocatícios.

Prestados os esclarecimentos iniciais, logo de plano, percebe-se a imperiosa necessidade de reforma do v. arresto proferido no julgamento da apelação, *data máxima vénia*, posto que o Egrégio TJRN ignorou a legislação processual civil vigente, precípuamente a norma prevista no artigo 85 e 86 do NCPC.

Reitere-se que, nos termos da r. sentença monocrática, restou determinada a condenação da seguradora, ora recorrente, ao pagamento de verba honorária **100% ACIMA do valor da condenação sendo majorada para 110% do valor da condenação**.

Tendo em vista tratar-se de decisão condenatória, os honorários advocatícios devem ser arbitrados com base no valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC:

“§2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I - o grau de zelo do profissional;
- II - o lugar de prestação do serviço;
- III - a natureza e a importância da causa;
- IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.”

Extrai-se da legislação processual civil, portanto, que os critérios foram elencados pelo legislador de maneira sucessiva e excludente, possuindo a “condenação” preferência sobre os demais parâmetros de arbitramento no limite de até 20 %.

Neste mesmo sentido, o posicionamento doutrinário:

“Sob a égide do CPC/1973, a inexistência de condenação permitia ao juiz fixar o valor dos honorários sem qualquer parâmetro, apenas atendendo aos critérios das alíneas do art. 20, § 3º. No Novo CPC tal conduta passa a ser impossível, havendo uma graduação de parâmetro para, a partir daí, fixar os honorários entre dez e vinte por cento: (1º) condenação; (2º) proveito econômico obtido; (3º) valor da causa.”

(AMORIM, Daniel Assumpção Neves. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: JusPodivm, 2016. página 347)

Destaque-se que, considerando o valor da condenação, não se verifica nada de irrisório na fixação dos honorários sucumbenciais, com base naquele valor condenatório, respeitando o limite de 20 % do valor da



condenação pelo que resta inadmissível o v. acórdão ora combatido, renovada *vénia*, posto que inaplicável a exceção consagrada no §8º do artigo 85 do CPC, na hipótese em julgamento.

Assim sendo, havendo plena subsunção do caso em voga a regra disposta no parágrafo segundo, sua aplicabilidade deve ser observada.

Denota-se claro, portanto, com o devido respeito, que o v. aresto recorrido implica flagrante violação da norma prevista no §2º do artigo 85 do CPC, ao estabelecer os honorários em desacordo com o valor da condenação.

Diante disso, o direito objetivo socorre as razões da ora recorrente, motivo pelo qual merece reforma o v. acórdão prolatado pelo Egrégio Tribunal a quo, para que a verba honorária advocatícia sucumbencial seja fixada nos termos e limites do artigo 85, §2º, do CPC.

#### **DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL**

A Recorrente pugna também pelo reconhecimento e provimento do presente recurso, com fulcro na alínea “c”, inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

O aresto recorrido encontra-se em evidente divergência com a jurisprudência remansosa desta Colenda Corte Superior de Justiça, proveniente do aresto proferido pela Douta Segunda Seção, deste Colendo STJ, no RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.072/PR, de relatoria da Eminente Ministra NANCY ANDRIGH, julgamento realizado em 13/02/2019, e publicado no DJe em 29/03/2019 (Fonte: site stj.jus.br).

Logo de plano, cumpre demonstrar o pormenorizado cotejo analítico entre os arestos paradigmas e recorrido, com a finalidade de afastar quaisquer dúvidas acerca da similitude fática, e da divergência de entendimentos, com destaque para os pontos principais, nos quais se evidenciam os requisitos supracitados:

ARESTO RECORRIDO	ARESTO PARADIGMA (Nº 1.746.072/PR)
<p>[...]</p> <p>8. O cerne meritório da irresignação repousa no valor fixado a título de honorários sucumbenciais em favor do causídico do apelado, sustentando a apelante que decaiu em parte mínima do pedido inicial.</p> <p>9. Esclareça-se, de início, que a fixação dos ônus da sucumbência é balizada por dois princípios: o da sucumbência e o da causalidade.</p> <p>10. À luz do princípio da sucumbência, as despesas processuais devem ser suportadas pela parte que foi vencida na causa, independentemente da sua culpa pela derrota.</p> <p>11. Entretanto, tal princípio, por si só, não é suficiente para resolver com segurança todas as situações do cotidiano jurídico, por esta razão, não raramente, há que se direcionar, na fixação dos honorários advocatícios, também pelo princípio da causalidade.</p> <p>12. A propósito, faço transcrever a lição de José Miguel Medina, extraída do Código de Processo Civil Comentado: com remissões e notas comparativas ao projeto do novo CPC, 2. ed. rev., atual e ampl. - São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012, p. 71:</p> <p>"Em princípio, os honorários devem ser pagos pela parte</p>	<p><b>VOTO VENCEDOR</b></p> <p>O EXMO. SR. MINISTRO RAUL ARAÚJO:</p> <p>(...)</p> <p>Todavia, para os efeitos da interpretação dos assinalados dispositivos, parece ser nítida a intenção do legislador em correlacionar a expressão inestimável valor econômico somente para as causas em que não se vislumbra benefício patrimonial imediato, como, por exemplo, nas causas de estado e de direito de família (NERY JUNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado, 16. ed. 2016, p.478).</p> <p>(...)</p> <p>Desse modo, no caso em apreço, diante da existência de norma jurídica expressa no Novo Código (CPC, art. 85, § 2º), concorde-se ou não, descabe a incidência dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ou mesmo a aplicação, por analogia, do § 3º do mesmo dispositivo.</p> <p>De fato, quanto ao art. 85, § 3º, o Código de Processo Civil, julgando ser conveniente, expressamente introduziu fator de moderação dos honorários advocatícios devidos apenas em relação à Fazenda Pública, omitindo-se em relação às causas havidas entre particulares, o que impõe a interpretação sistemática do novo Diploma processual de modo a se resguardar sua coerência.</p>

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 28/10/2021 15:09:44  
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2110281509444770000011553262>  
Número do documento: 2110281509444770000011553262

Num. 11812377 - Pág. 4

<p>vencida. Esta regra, no entanto, não é absoluta, pois nem sempre a parte sucumbente no processo é a que deu causa ao surgimento na lide. Este critério (princípio da causalidade) prepondera sobre aquele(princípio da sucumbência)."</p> <p>13. Na espécie, conforme relatado, trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que foi julgada procedente, condenando a parte recorrente a pagar, a título de honorários sucumbenciais, a quantia de R\$ 800,00 (oitocentos reais).</p> <p>14. Consoante se observa da leitura da sentença atacada, a juíza, por ocasião da fixação da aludida verba, observou o disposto no art. 85, § 8º, do CPC, cujo teor dispõe:</p> <p>"Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.</p> <p>§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º."</p> <p>15. Nesse sentido, é dever do magistrado observar o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.</p> <p>16. Tendo em vista os critérios acima descritos, entendo que não há razão para modificar os honorários advocatícios fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), vez que foi levada em consideração a natureza da causa.</p> <p>[...]</p> <p>Ante o exposto, conheço e nego provimento ao apelo, mantendo a sentença em todos os fundamentos.</p> <p>19. Em razão do desprovimento do recurso, majoro os honorários advocatícios para R\$ 900,00 (novecentos reais), nos termos do art. 85, § 11, do CPC.</p>	<p>(...)</p> <p>Como quer que seja, impõe-se, no caso, afastar a possibilidade de se fixar os honorários advocatícios com base em equidade, considerando-se a existência de comando legal expresso, que é a regra geral, determinando sua fixação em gradiente bastante claro (entre 10% e 20%), em especial porque, no caso em apreço, salvo melhor juízo, o proveito econômico obtido encontra-se expresso pelo valor do excesso decotado da execução, afastando-se o juízo de razoabilidade.</p> <p>(...)</p> <p>Ante o exposto, com a devida vênia, dou provimento ao recurso especial do Banco do Brasil S/A, para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido pelo recorrente com o parcial provimento da impugnação do cumprimento de sentença, com base no § 2º do art. 85 do CPC."</p>
--	---

Conforme se verifica acima, o acórdão recorrido violou flagrantemente a norma contida no §2º do artigo 85 do CPC vigente, ao manter a sentença de primeiro grau, que estabeleceu os honorários em 2% do valor da condenação bem como determinou a majoração da verba honorária advocatícia sucumbencial, ratificando a afronta ao texto legal acima citado.

Com efeito, não merece prosperar o acórdão guerreado, posto que implica manifesta afronta ao entendimento deste Colendo STJ, no sentido de que os honorários advocatícios devem ser fixados entre 10% e 20% do valor da condenação.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer a recorrente seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, a fim de que se reconheça a violação de lei federal apontada, bem como a divergência jurisprudencial, suficientemente demonstrada, com respectiva reforma do v. acórdão recorrido, no que se refere à verba honorária, com sua respectiva fixação em consonância com a previsão do artigo art. 86, parágrafo único, do CPC, ou



subsidiariamente do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil vigente, pelo que se estabelecerá a almejada JUSTIÇA.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 6 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 28/10/2021 15:09:44  
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102815094447700000011553262>  
Número do documento: 21102815094447700000011553262

Num. 11812377 - Pág. 6

Utilize folhas A4 (210x297mm)  
Documento em formato PDF



# Superior Tribunal de Justiça



## RECIBO DE SACADO



001-9 00190.00009 02941.991008 03109.470173 8 88060000020289

Local de Pagamento					Vencimento					
Pagável em qualquer Banco até o vencimento. Após, gere novo boleto no site <a href="http://www.stj.jus.br">www.stj.jus.br</a> .					<b>16/11/2021</b>					
Beneficiário (nome, CPF/CNPJ) <b>SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 00.488.478/0001-02</b>					Agência / Código do Beneficiário <b>4200-5 / 333.030-3</b>					
Beneficiário (endereço) <b>SAFS Qd 06 Lt 01 Trecho III ASA SUL 70095-900, Brasília - DF</b>					Nossa Número <b>29419910003109470</b>					
Data Documento 27/10/2021	Nº do Documento 3109470	Especie Doc. RC	Aceite N	Data Processamento 27/10/2021	(=) Valor do Documento <b>R\$ 202,89</b>					
Uso do Banco	Carteira 17	Especie Moeda R\$	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(-) Desconto / Abatimento					
Instruções / Observações <b>RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR, RECURSO ESPECIAL.</b> <b>Unidade Federativa: RIO GRANDE DO NORTE.</b> <b>Tribunal de Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.</b> <b>Número do Processo que Consta no Acórdão Recorrido: 08128713420208205001.</b> <b>Valor da custa judicial: R\$ 202,89.</b> Não pagar após o vencimento, o cancelamento é automático. Impresso em 27/10/2021. As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte.					(-) Outras Deduções					
					(+) Mora / Multa					
					(+) Outros Acréscimos					
					(=) Valor Cobrado <b>R\$ 202,89</b>					
Pagador	Autor/Recorrente: SEGURADORA LIDER DO CONSORC..O DPVAT SA (CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04) Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR (RIO DE JANEIRO,RJ). CEP 20031205. Réu/Recorrido: JOAO ANDRIE ENEDINO (CPF/CNPJ: 01405887443)									
Código de Baixa										
Autenticação Mecânica										



001-9 00190.00009 02941.991008 03109.470173 8 88060000020289

Local de Pagamento					Vencimento					
Pagável em qualquer Banco até o vencimento. Após, gere novo boleto no site <a href="http://www.stj.jus.br">www.stj.jus.br</a> .					<b>16/11/2021</b>					
Beneficiário (nome, CPF/CNPJ) <b>SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - 00.488.478/0001-02</b>					Agência / Código do Beneficiário <b>4200-5 / 333.030-3</b>					
Beneficiário (endereço) <b>SAFS Qd 06 Lt 01 Trecho III ASA SUL 70095-900, Brasília - DF</b>					Nossa Número <b>29419910003109470</b>					
Data Documento 27/10/2021	Nº do Documento 3109470	Especie Doc. RC	Aceite N	Data Processamento 27/10/2021	(=) Valor do Documento <b>R\$ 202,89</b>					
Uso do Banco	Carteira 17	Especie Moeda R\$	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(-) Desconto / Abatimento					
Instruções / Observações <b>RECURSO INTERPOSTO EM INSTÂNCIA INFERIOR, RECURSO ESPECIAL.</b> <b>Unidade Federativa: RIO GRANDE DO NORTE.</b> <b>Tribunal de Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE.</b> <b>Número do Processo que Consta no Acórdão Recorrido: 08128713420208205001.</b> <b>Valor da custa judicial: R\$ 202,89.</b> Não pagar após o vencimento, o cancelamento é automático. Impresso em 27/10/2021. As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte.					(-) Outras Deduções					
					(+) Mora / Multa					
					(+) Outros Acréscimos					
					(=) Valor Cobrado <b>R\$ 202,89</b>					
Pagador	Autor/Recorrente: SEGURADORA LIDER DO CONSORC..O DPVAT SA (CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04) Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR (RIO DE JANEIRO,RJ). CEP 20031205. Réu/Recorrido: JOAO ANDRIE ENEDINO (CPF/CNPJ: 01405887443)									
Código de Baixa										
Autenticação Mecânica										

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

**FICHA DE COMPENSAÇÃO**



Assinado eletronicamente por: FERNANDA CHRISTINA FLOR LINHARES - 28/10/2021 15:09:44  
<https://pje2g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2110281509447870000011553263>  
Número do documento: 2110281509447870000011553263

Num. 11812378 - Pág. 1

**Pagamento de títulos com débito em conta corrente**

27/10/2021 - BANCO DO BRASIL - 15:04:25  
125101251 0011

**COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS**

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====  
BANCO DO BRASIL

00190000090294199100803109470173888060000020289

BENEFICIARIO:  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA  
NOME FANTASIA:  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA  
CNPJ: 00.488.478/0001-02  
PAGADOR:  
SEGURADORA LIDER DO CONSORCO DPVAT  
CNPJ: 09.248.608/0001-04

NR. DOCUMENTO 102.704  
NOSSO NUMERO 29419910003109470  
CONVENIO 02941991  
DATA DE VENCIMENTO 16/11/2021  
DATA DO PAGAMENTO 27/10/2021  
VALOR DO DOCUMENTO 202,89  
VALOR COBRADO 202,89

=====  
NR.AUTENTICACAO E.57B.A79.CEB.1E4.FBF

=====  
Central de Atendimento BB  
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas  
0800 729 0001 Demais localidades.  
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB  
0800 729 0722  
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de  
produtos e servicos.

Ouvidoria  
0800 729 5678  
Reclamacoes nao solucionadas nos canais  
habituais agencia, SAC e demais canais de  
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala  
0800 729 0088  
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,  
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Assinada por J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS

27/10/2021 15:04:24

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.

